

“O AMOR ENTRE IGUAIS TAMBÉM FORMA FAMÍLIA”: UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

Nos últimos anos, temos assistido a muitas mudanças no perfil da família brasileira. Os debates sobre casamento civil igualitário entre pessoas do mesmo sexo*, a incorporação de casais homoafetivos na legislação sobre reprodução assistida** e a contabilização no último censo do IBGE de 2010 de cerca de 60 mil domicílios no país formados por casais homossexuais*** são alguns eventos recentes que demonstram a crescente visibilidade dessas “novas famílias” e a luta por reconhecimento e exercício pleno de sua cidadania (Mello, 2005).

Sintonizado com o aumento da visibilidade da formação de núcleos familiares homoafetivos, o Instituto NOOS criou um espaço de conversa e convivência voltado para homens e mulheres homossexuais com intuito de possibilitar a troca de experiências e a construção de novas perspectivas a respeito da educação dos filhos.

Entre 2012 e 2013, dezesseis mulheres e cinco homens de camada média participaram de grupos reflexivos (Andersen, 2002) facilitados por uma equipe de cinco profissionais ligados ao Instituto. Os encontros reuniam pessoas com e sem filhos e versavam sobre as experiências de maternidade e paternidade para aqueles que já tinham filhos; e sobre as expectativas para aqueles e aquelas que estavam em processo de adoção ou de reprodução assistida.

A riqueza dos encontros residia na troca de experiências a partir dos caminhos singulares que cada um havia trilhado para concretizar seu projeto de maternidade/paternidade. No entanto, era interessante observar as diferenças entre os percursos de homens e mulheres e os seus desdobramentos na vida cotidiana.

A maioria dos casais de mulheres buscava nas técnicas de reprodução assistida a possibilidade de realizar seu projeto de maternidade. Havia um forte desejo de passar pela experiência da gravidez, do parto e da amamentação. Embora muitas delas tivessem um projeto de adoção, ter um filho biológico era o seu objetivo principal. Esse projeto envolvia, além do custo financeiro, um custo emocional alto diante das expectativas de uma possível gravidez que muitas vezes não se realizava de imediato ou que poderia não se realizar.

Outro aspecto interessante era a legitimação social, muitas vezes naturalizada, da tríade mulher-mãe-cuidadora. Nesse sentido, o envolvimento de um casal de mulheres no cuidado de crianças não produz “estranhamentos” na sua rede social e no coletivo.

No caso dos homens, há outra visão. Para eles, a adoção era o caminho mais viável da concretização do desejo de paternidade. Todos estavam envolvidos em processos de adoção ou já haviam passado por esse processo. De forma diferente das mulheres, há um estranhamento do lugar de homem-pai-cuidador. Na maioria das vezes, eles eram questionados por sua própria rede de amigos, parentes

MARCOS NASCIMENTO

Psicólogo, doutor em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), pesquisador e docente do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz. Colaborador do Instituto Noos. E-mail: m2nascimento@gmail.com.

* Cf. União civil não basta. CLAM/IMS/UERJ. Matéria publicada em 18/07/2012. Disponível em <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=9700>. Acesso em 19/02/2015.

** Cf. Novas regras de reprodução assistida destacam saúde da mulher e direitos reprodutivos para todos. Portal do Conselho Federal de Medicina. Matéria publicada em 08/05/2013. Disponível em http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23788:resolucao-de-reproducao-assistida-&catid=3:portal. Acesso em 19/02/2015.

*** 04/2011. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/censo-2010-contabiliza-mais-de-60-mil-casais-homossexuais.html>. Acesso em 19/02/2015.

ou mesmo profissionais da área da saúde e da educação sobre como poderiam cuidar de uma criança sem uma presença feminina. Nesse caso, as dúvidas sobre a capacidade de cuidar não estavam vinculadas à orientação sexual, mas às normas de gênero, socialmente aceitas, legitimadas e naturalizadas em que o cuidado se converte em um “atributo feminino” (Nascimento, 2015).

A orientação sexual homossexual trazia outras questões específicas para essas experiências de paternidade e maternidade. Havia um *coming out* da sua orientação sexual que não se esgotava. O fato de ter um filho com uma pessoa do mesmo sexo fazia com que eles e elas precisassem revelar sua homossexualidade publicamente na escola, nos centros de saúde, no espaço do trabalho, na sua vizinhança. Para alguns participantes, esse fato era encarado com tranquilidade, enquanto, para outros, era visto como uma violação da sua privacidade.

Ainda que haja questões específicas decorrentes da sua orientação sexual, a maioria das dúvidas, angústias, desejos e alegrias não eram distantes da experiência de outros pais e mães heterossexuais.

Os participantes destacavam a importância de ter acesso a um espaço como o oferecido pelo grupo. Era um momento de encontrar seus pares, dividir angústias e dilemas, aprender a partir da experiência do outro, produzir outros sentidos para a sua experiência como filhos/filhas e como pais/mães.

Como afirmava um dos participantes do grupo:

“As nossas famílias são iguais às outras e ao mesmo tempo diferentes. Nós estamos no meio de uma mudança social. Nós somos a mudança!”

Que produzamos novas trajetórias, novos sentidos e novas experiências para o sentido do cuidar e do afeto!

REFERÊNCIAS

- Andersen, T. (2002). *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: NOOS & ITF.
- Mello, L. (2005). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Nascimento, M. (2015). *¿‘Otras paternidades’?: Reflexiones sobre Masculinidades, Paternidades y Sexualidades en el contexto contemporáneo de Brasil*. Trabalho apresentado no V Colóquio de Estudios sobre Varones y Masculinidades. Santiago do Chile.



Divulgação do grupo reflexivo do Instituto Noos



Exemplo de campanha sobre famílias homoafetivas



Gino Fonseca, participante do grupo



Marta e Laura, participantes do grupo e da campanha #nossafamiliaexiste